

# STJ nega isonomia de salários aos militares

Os votos contrários de seis membros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao estabelecimento de isonomia entre os vencimentos-base dos ministros do Superior Tribunal Militar (STM) e os soldos dos oficiais-generais de quatro estrelas das Forças Armadas deixaram desolados cerca de 260 mil militares da ativa e 450 mil da reserva, que esperavam ganhar a ação impetrada pelo Clube Militar. A favor dos militares apenas o ministro Gomes Borges empenhou seu voto.

Votaram contra os ministros Hélio Mosa, Peçanha Martins, Américo Luz, Pedro Ribeiro, José de Jesus Filho e Garcia Vianna. O general Nilton Cerqueira, presidente do Clube Militar, recebeu com surpresa a decisão daquela corte, pois, segundo declarou ao **CORREIO BRAZILIENSE**, estava confiante na vitória. Disse que vai consultar o advogado da entidade, Saul Ramos, sobre a possibilidade de recorrer da decisão do STJ, apelando para o Supremo Tribunal Federal.

O jurista Saul Ramos, ex-ministro da Justiça do governo Sarney, contratado pelo Clube Militar para defender a causa, não compareceu à sessão do STJ. Segundo fontes da área judiciária, ele já esperava o resultado negativo. A ação tramitava no STJ há quase um ano, e o advogado do clube pediu 60 milhões para defender o processo, cujo julgamento foi adiado cinco vezes por pedidos de vistas ao processo pelos membros do tribunal.

O presidente do clube, o primeiro a deixar o auditório do tribunal, questionado sobre a nota divulgada ontem pela imprensa, em que o ministro Carlos Tinoco, do Exército, nega identidade de pensamento com aquele militar, o qual afirma em documento encaminhado aos ministros militares a existência de ameaça de rompimento do estado democrático por um suposto clima de baderna predominante no País, não quis falar sobre o assunto, alegando desconhecer o conteúdo da nota do ministro.